

Alexandre Garcia

“A pauta da CPI já estabeleceu que devem comprovar que o presidente é um genocida que matou gente, empregos e empresas. A tese já está pronta; só falta convencer o povo”

CPI in memoriam

Enfim, temos a CPI para investigar o presidente. Renan Calheiros é o relator; Jader Barbalho, o primeiro suplente; o presidente é Omar Aziz. Insuspeitos vão investigar o grande suspeito. Entre os gerentes do Senado, houve o cuidado de escolher os de passado ilibado. O objetivo real é tentar evitar que Bolsonaro seja reeleito. A pauta já estabeleceu que de-

vem comprovar que o presidente é um genocida que matou gente, empregos e empresas. A tese já está pronta; só falta convencer o povo. Afinal, provas nem são necessárias. Com o aval do Supremo, até provas ilícitas podem, se forem amplamente divulgadas e não forem contestadas, como ensinou a Barroso o ministro Lewandowski.

A CPI se instala depois de uma semana de novas agressões à Constituição. Depois de o Supremo, governadores e prefeitos passarem um rolo compressor em direitos fundamentais do pétreo art. 5, 24 governadores ignoraram o art. 84 e propuseram acordos com o presidente Biden. Os Estados Unidos já tiveram 13 colônias, agora se ofereceram 24.

Também na semana passada, Fchin prorrogou por 60 dias a investigação de que Renan teria recebido 32 milhões, e Jader, 4,3 milhões, segundo

depoimento do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado (MDB). Esta semana, o presidente inaugurou asfalto novo na Bahia, e era um pavimento muito espesso — não havia sido retirada a maior parte para propina. Aí, cai a ficha: fechado o propinoduto, é preciso livrar-se de quem fechou a cornucópia. Afinal, na tese de Lewandowski a Barroso, combater a corrupção dá mais prejuízo ao país do que o dinheiro público que se recupera.

Na véspera da CPI, a PGR ofereceu denúncia contra o governador do

Amazonas, Wilson Lima, e mais 17 pessoas. Desvios em contratos de respiradores. Aí se entende que “ficar em casa até ficar com falta de ar” é para justificar contratos de respiradores. Tratamento imediato deve ser combatido, porque não gera respiradores. O remédio é baratinho e tão antigo que já nem paga patentes, por isso a narrativa ganha a companhia de laboratórios. Taí um bom tema para a CPI, se decidir rejeitar palanque eleitoral e respeitar a memória dos que foram sacrificados.

Artilharia contra governadores

Aliados do Planalto na CPI da Covid pressionam para que tenham alta prioridade na investigação os indícios de desvios de recursos destinados pela União a estados e municípios. Assim, tentam amenizar o impacto das apurações sobre o Executivo federal

» JORGE VASCONCELLOS
» ISRAEL MEDEIROS

As ofensivas do presidente Jair Bolsonaro contra governadores e prefeitos em torno do combate à covid-19 mudaram de patamar com a CPI criada pelo Senado para apurar a atuação do Executivo na pandemia e repasses da União às unidades da Federação. Minoria entre os integrantes do colegiado, aliados do Planalto fazem pressão para que indícios de desvios de recursos por estados e municípios tenham alta prioridade nas investigações.

Na reunião inaugural da CPI, ontem, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), destacou que 45 senadores — mais da metade do total de 81 — assinaram o requerimento de Eduardo Girão (Podemos-CE) que possibilitou a inclusão de governadores e prefeitos entre possíveis investigados pela comissão.

“Lembro que a apuração de desvios na aplicação de recursos federais repassados a estados e municípios, ressaltadas as matérias de competência estadual e municipal, recebeu o apoio de 45 senadores desta Casa e merece, portanto, a atuação dos membros desta comissão”, disse Fernando Bezerra.

Na reunião de ontem, Girão destacou que o requerimento, que ampliou o alcance das investigações, recebeu 13 assinaturas a mais do que o apresentado anteriormente, do opositorista Randolfe Rodrigues (Rede-AP), cujo foco são apenas as ações do governo federal. Os dois documentos foram levados em consideração pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), quando ele determinou a instalação da CPI.

Girão disse, também, que as várias operações executadas pela Polícia Federal em estados e municípios demonstram que a CPI deve se debruçar sobre possíveis desvios cometidos por gestores

locais. “No nosso requerimento, que é a maioria dos senadores, nós relacionamos as operações da Polícia Federal. São fatos determinados que lá estão. Esses fatos são do conhecimento de todos vocês. São operações do ano passado, e isso precisa ser olhado. A gente não pode minimizar isso em um plano de trabalho”, argumentou.

O senador acrescentou que considera importante a CPI tomar os depoimentos do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e dos ex-titulares da pasta deste governo, Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e Eduardo Pazuello, mas ouvir, também, a Procuradoria-Geral da República (PGR), que tem apurado indícios de irregularidades na aplicação

de recursos da União pelas unidades da Federação. O parlamentar frisou que essas prioridades estão no plano de trabalho que ele vai apresentar à comissão.

“Gostaríamos de ouvir a PGR, a subprocuradora Lindora Araújo, que pediu aos governadores explicações sobre os hospitais de campanha. Eles demoraram, mas quando mandaram, ela já disse na imprensa que houve irregularidade. A gente precisa ouvir”, ressaltou Girão.

Vacinas

Já na oposição, o plano de trabalho do vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues, prevê a convocação de alguns dos principais nomes do governo Bolsonaro para esclarecerem, por exemplo, a dificuldade de acesso do Brasil a vacinas. Além de Pazuello, Mandetta, Teich e Queiroga, a lista inclui o ex-secretário de Comunicação do governo Fabio Wajngarten, que, em entrevista à revista *Veja*, atribuiu à “incompetência” da equipe técnica do Ministério da Saúde as dificuldades do Brasil para adquirir imunizantes. Outro nome da lista é o do chefe de Comunicação do Ministério da Saúde, Cadu Fonseca, responsável por elaborar campanhas de

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O governista Eduardo Girão disse que operações da PF mostram a necessidade de apurar responsabilidade de estados e municípios

Os integrantes

Veja quem compõe a CPI da Covid

PRESIDENTE

Omar Aziz (PSD-AM)

» Como presidente da comissão, suas principais funções serão ordenar e dirigir os trabalhos, dar-lhe o conhecimento de toda a matéria recebida, ser o elemento de comunicação do colegiado com a Mesa, as outras comissões e suas respectivas subcomissões e os líderes. Também é função dele desempatar as votações, entre outras.

VICE-PRESIDENTE

Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

» No caso de ausência de Omar Aziz, assumirá as funções que cabem ao presidente do colegiado. Nas demais situações, atua apenas como mais um membro do colegiado.

RELATOR

Renan Calheiros (MDB-AL)

» É o senador com a função mais importante do colegiado, pois caberá a ele

consolidar um parecer com todas as informações coletadas ao longo dos trabalhos da CPI. O texto do relator indica à comissão qual decisão deve ser tomada, mas é sujeito a alterações. Para ser aprovado, o documento precisa dos votos favoráveis da maioria do colegiado. Para apresentar o parecer, o relator tem a metade do prazo atribuído à comissão. A CPI da Covid, especificamente, durará 90 dias, inicialmente.

DEMAIS INTEGRANTES*

- » Eduardo Girão (Podemos-CE) — governista
- » Marcos Rogério (DEM-RO) — governista
- » Jorginho Mello (PL-SC) — governista
- » Ciro Nogueira (PP-PI) — governista
- » Humberto Costa (PT-PE) — oposição
- » Otto Alencar (PSD-BA) — independente
- » Eduardo Braga (MDB-AM) — independente
- » Tasso Jereissati (PSDB-CE) — independente

*Todos podem apresentar requerimentos à presidência da CPI sugerindo o interrogatório de quaisquer autoridades públicas e também propor emendas ao texto do relator para acrescentar ou modificar o parecer final do colegiado sobre o assunto em discussão.

mídia sobre a pandemia.

O plano de trabalho do vice-presidente da CPI também propõe a oitiva de gestores locais, como o prefeito de Manaus (AM),

David Almeida. Como a crise no sistema de saúde da capital amazonense é uma das prioridades da comissão, a oposição avalia que ele poderá confirmar que Pa-

zuello foi omissos ao não tomar providências ante a escassez de oxigênio que provocou a morte de mais de 30 pacientes com covid-19 no município.

A reportagem tentou contato com Wellington Dias, presidente do Fórum Nacional de Governadores e gestor do Piauí, mas não obteve resposta.

CRISE

“Rachado”, MDB mineiro deve decidir rumo hoje

» GUILHERME PEIXOTO

O futuro do MDB em Minas Gerais pode ser decidido hoje, em reunião da Executiva nacional da legenda. O presidente estadual do partido, Newton Cardoso Júnior, deputado federal, pleiteia a prorrogação de seu mandato à frente da agremiação por mais um ano, em virtude das eleições de 2022. Outro grupo, porém, quer nova votação em julho deste ano. Parlamentares estão descontentes com a gestão do atual comandante e pedem a intervenção da direção nacional.

Em março, dois deputados federais e sete integrantes da As-

sembleia Legislativa endereçaram a Baleia Rossi, presidente nacional do MDB, ofício solicitando pleito interno já no meio deste ano, quando o mandato de Newton Cardoso Júnior se encerra. O encontro desta quarta está previsto para começar às 10h30.

Opositores fazem duras críticas à gestão de Newtinho, como é conhecido o filho de Newton Cardoso, governador de Minas entre 1987 e 1991. O documento solicitando a intervenção nacional contempla diversas acusações. Os signatários dizem que o parlamentar tem “estilo absolutista” e não reúne a Comissão Executiva do MDB para tomar

decisões. O grupo alega, também, que o presidente estadual utiliza o diretório mineiro como “extensão do gabinete parlamentar” mantido por ele na Câmara dos Deputados.

Se Newton Cardoso Júnior não conseguir mais um ano de mandato, o MDB precisará constituir comissão provisória para promover nova eleição. Caso isso aconteça, o atual presidente pode participar da disputa para tentar voltar ao comando. “Se ele (Newton Cardoso Júnior) ganhar, tudo bem. Mas tudo indica que ele não ganha a eleição. Ele está levando o partido só para proveito próprio e não tem trabalhado pelo coletivo”, afirma o deputado federal Mauro Lopes.

Outro interlocutor consultado pela reportagem, mas sob a condição de anonimato, ressaltou a indignação das bancadas estadual e federal ante a postura de

Newton Júnior. Uma das justificativas trata de suposto “distanciamento” entre a direção do MDB e seus representantes no Legislativo. Na Assembleia, o MDB tem Leonídio Bouças, Thiago Cota, Celise Laviola, Douglas Melo, João Magalhães, Tadeu Martins Leite e Sávio Souza Cruz. Todos eles assinaram o ofício solicitando a intervenção nacional.

Em relação aos representantes do MDB mineiro na Câmara, fora Mauro Lopes, o pedido de intervenção é subscrito por Hercílio Coelho Diniz. Fábio Ramalho, que foi candidato avulso ao comando do Parlamento Nacional, não assinou. Procurado, Newton Cardoso Júnior diz, por meio de sua assessoria, esperar que a reunião de hoje sirva para “que o MDB busque o caminho que promova um maior crescimento do partido em Minas Gerais”.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Deputado Newton Cardoso Júnior quer prorrogar mandato na sigla